

NARRATIVA FEMININA EM SANTA CATARINA (do século XIX até meados do século XX)

ZAHIDÉ L. MUZART

INTRODUÇÃO

A comunicação a seguir é parte de um estudo mais amplo sobre a literatura da mulher em Santa Catarina e está fundamentada por pesquisa em jornais do século XIX até meados do século XX e também por procura em bibliotecas e sebos, por textos editados há muito tempo e perdidos.¹ Alguns resultados já foram publicados, em artigos de divulgação em Santa Catarina, no jornal *Diário Catarinense*, onde escrevo crônica quinzenal, sobre a literatura do estado, principalmente a do século XIX.

Apresentarei algumas idéias gerais sobre o assunto e comentarei a atividade das escritoras de Santa Catarina no século XIX, centrada especificamente em três pólos: Desterro, São Francisco do Sul e Blumenau. O objetivo final da pesquisa é a constituição de uma história da literatura feminina em Santa Catarina e o diagnóstico da presença da mulher, não somente na literatura, como também na cultura do estado.

RELATOS DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS

Já nos escritos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, encontramos referências ao cotidiano da mulher desterrense, referências por vezes bem interessantes e reveladoras. Segundo estudos da equipe que realizou o trabalho *Mulher brasileira — bibliografia anotada*, da Fundação Carlos Chagas, “as impressões de viajantes, muitos deles estrangeiros que passaram a visitar o país após a abertura dos portos, as memórias e os diários de estrangeiros, que aqui se instalaram, e também de pessoas da terra constituem um abundante material de informação, livre da preocupação de transmitir uma visão oficial dos acontecimentos”.²

Em Auguste Saint-Hilaire³ lê-se que as mulheres “não se escondem à aproximação dos homens e retribuem os cumprimentos que lhes são dirigidos”, contrastando, para o viajante, “com os modos canhestros das mulheres do interior, que ao saírem à rua, caminham com passos lentos umas atrás das outras, sem virarem a cabeça nem para um lado nem para o outro, e sem

Zahidé L. Muzart é professora na Universidade Federal de Santa Catarina.

¹Agradeço muito ao escritor e pesquisador Iaponan Soares, diretor do Arquivo Público de Florianópolis, por me ter feito conhecer o romance *D. Narcisa de Vilar*.

²FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, *Bibliografia Anotada — Mulher Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p.39.

³SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Santa Catarina*. Itatiaia, EDUSP, s/d.

fazerem o menor movimento. Não acontece o mesmo com as de Santa Catarina. Elas não demonstram o menor embaraço, e às vezes chegam mesmo a ter um certo encanto... (...) quando andam pelas ruas em grupo, colocam-se ao lado umas das outras, não receiam dar o braço aos homens e muitas vezes chegam a fazer passeios pelo campo". E encontramos curiosa observação um pouco mais adiante: "As mulheres da Ilha de Santa Catarina exercem dentro de suas casas uma autoridade de que não desfrutam as do interior do país".

No relato de Dom Pernetty, em 1763, encontramos comentários sobre as mulheres desterrenses em uma recepção de gala no palácio do governador: "Qual não foi o espanto dos oficiais franceses ao verem chegar, ao salão de danças, várias senhoras. Maior ainda quando notaram quanto eram as damas catarinenses afáveis, desembaraçadas e os acolhiam com grande gentileza".⁴

O viajante Heinrich Trachsler, suíço, em 1828, visitando a vila do Desterro, igualmente admira-se do desembaraço das moças e freqüenta a casa de algumas, participando de reunião festiva, onde as moças tocam guitarra, cantam e dançam uma dança popular que ele diz chamar-se sapateio.

Essas anotações de viajantes homens tornam-se mais reveladoras quando a elas contrapomos o que diz das mulheres do Rio de Janeiro uma *viajante-mulher*, a Baronesa de Langsdorff, em 1842, no seu diário: "Muitas vezes, ao avistar mulheres, ainda jovens, numa imobilidade que me parece sobre-humana e num silêncio que me parece eterno, eu me pergunto se essas naturezas já estão mortas, ou se chegaram a viver, mas, para compreender, seria preciso interrogá-las e elas nunca estão dispostas a responder".⁵

Além dos depoimentos dos viajantes, que aqui resumi rapidamente, para uma caracterização da relativa independência da mulher desterrense, é interessante notar os ousados protestos públicos, nos jornais de Desterro, como o seguinte:

A abaixo assinada protesta por todas as vendas que seu marido o Consul Honorário Português Antonio da Silva Rocha Paranhos tem feito e pôde fazer sem sua assinatura, por viver ele há mais de doze anos separado dela e publicamente amasiado, sem lhe dar mensalidade, tratando de desfazer-se de todos os prédios a fim de prejudicá-la. Desterro, 3 de agosto de 1878.

Assinado: Carolina Trompowsky Paranhos. (Publicado no Jornal *O Conservador*, em 14 de agosto de 1878).

Como vemos, desde as anotações dos viajantes, a mulher em Santa Catarina (como igualmente, na vizinha província do Rio Grande do Sul) aparece mais livre do que muitas patrícias. Por isso, talvez, por essa incipiente independência de espírito, possa-se inferir a relativa precocidade nas letras, que apresenta a mulher deste estado, visto isso dentro dos limites acanhados da província.

⁴Apud TAUNAY, Affonso de E. Santa Catarina nos anos primeiros. In: *Annaes do Museu Paulista*. 1931. t.4.

⁵*Journal de la Baronne E. Langsdorff relatant son voyage au Brésil à l'occasion du mariage de S.A.R. le Prince de Joinville 1842- 1843*. Les Amis de Musées de la Marine, 1954. Apud LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A dupla documentação sobre mulheres no livro das viajantes - 1800- 1850. In: *Vivência - história, sexualidade e imagens femininas*. Fundação Carlos Chagas/ Brasiliense, 1980, p. 195- 226.

Pelo que se pode depreender da leitura dos velhos jornais de Desterro, à mulher desterrense não lhe foram completamente fechadas as portas do estudo, da cultura. Antes, pelo que se verá a seguir, a mulher foi incentivada ao progresso nas letras e até mesmo em outras profissões, como a medicina.

Em 1888, um discurso, na distribuição de prêmios em um colégio de meninas, enfatiza o valor da educação para a mulher e incentiva-as ao estudo: "Do que acabo de dizer-vos, Senhores, vê-se perfeitamente quanto é necessário que as nossas jovens patrícias recebam uma educação nacional e bem dirigida, quanto é conveniente a cultura de seu espírito no período do ensino intelectual, moral e religioso, para que possam um dia comprovar a capacidade literária de seu sexo já testemunhada por muitas noções do mundo e mesmo do nosso país, onde além de outras literatas e poetisas, tivemos e ainda temos D. Delfina Benigna da Cunha, D. Narcisa Amália e, em nossa própria província, D. Julia Maria da Costa. Senhoras estas que na cultura da poesia e das letras em nada cedem ao mérito de outras heroínas, cujos nomes traçados com letras de ouro, a História nos aponta em suas páginas brilhantes".

O jornal *Crepúsculo*, dirigido por Sabbas Costa, não sendo um jornal feminista na acepção atual do termo, era um jornal pró-mulher escritora. As mulheres tinham uma acolhida muito grande em suas páginas, suas colaborações eram recebidas com destaque e louvor e seus nomes apareciam no frontispício do jornal, como colaboradoras. Lêem-se, ali, os nomes de Revocata de Mello, Rosa Valente, Cândida Fortes, Delminda Silveira, Ibrantina de Oliveira, Alice de Alencar, Ubaldina de Oliveira entre outras. Os primeiros artigos de uma cronista eram sempre saudados com entusiasmo. Cito o que foi escrito sobre Rosa Valente: "Mais uma moça vem de nascer na arena luminosa da literatura pátria! Essa moça que começa humildemente mas que será uma das glórias do Brasil, chama-se Rosa Valente. Um bravo a todas as moças que seguem neste rutilante caminho de vitórias!"

Sabbas Costa terá sido um escritor com uma visão mais aberta sobre o papel da mulher nas letras nacionais? Pelo que pudemos ver, certamente o foi. Seu jornal mostra uma filosofia editorial que preconizava uma mulher mais consciente e mais participante. Segundo o colaborador Francisco Cardona: "A mulher educada é a fase boa da sociedade, a fase ruim é o homem sem educação" (1888).

Em uma série de artigos intitulada *Princípios literários*, 1889, lê-se o seguinte: "O século é de luz, por isso que a mulher hoje aspira galgar a lepopéia da glória literária como fizeram a universal Georg Sand e a laureada Maria Amália Vaz de Carvalho (...) Não há de ser breve e facilmente que hão de aparecer escritoras porque ainda o sexo feminino não tem em sua totalidade energia própria para apresentar-se na arena de luz, especializando algumas notáveis brasileiras que são o verdadeiro espelho. Imitem-nas, sem o que sereis sempre o que tendes sido, nunca alcançareis os louros verdejantes e frescos dos vastos conhecimentos modernos, nunca ocupareis sincera posição perante o caminho da intelectualidade. Todas vós precisais ler, ler muito, compreender bastante, estudar sempre..."

E por aí vai o incentivo às jovens desterrenses do final do século passado. Incentivo esse que pode parecer bem fraco nos nossos dias mas, no contexto do século XIX, confrontados com outros dizeres, são de notável modernidade! Pode-se compará-lo com o que observou John Luccock:⁶ “O pouco contacto que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põem a nu a sua falta de educação e instrução. Isto, aliás, fazia parte do sistema declarado; *estava assentado que o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois que isso lhes seria inútil*, nem tão-pouco se desejava que escrevessem a-fim-de que não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte”.

Cronistas e poetas como Ibrantina de Oliveira, Júlia da Costa, Rosa Valente, Delminda Silveira, Ubaldina de Oliveira foram colaboradoras de vários jornais, onde deixaram muita coisa dispersa. Por tudo isso, pude afirmar, no início, que a mulher desterrense teve acesso ao estudo e à cultura, na segunda metade do século XIX. Talvez, por essas razões, já tenhamos livros escritos por poetisas como Júlia da Costa e o primeiro romance escrito por uma mulher em Santa Catarina e publicado em 1858.

PRIMEIRO ROMANCE: D. NARCISA DE VILAR

O romance feminino catarinense nasceu no século XIX. O marco: *D. Narcisa de Vilar*, escrito por Ana Luísa de Azevedo e Castro. Antes dele, não se encontra nenhuma narrativa a qual se possa chamar romance.

Intitulado “legenda do tempo colonial”, foi editado no Rio de Janeiro pela Tipografia de F. de Paula Brito, em 1859. Antes da publicação, em livro, foi publicado em capítulos em *A Marmota*, no Rio, de 13 de abril a 6 de julho de 1858. Vinha assinado por Indygena de Ypiranga, pseudônimo que escondia a nova escritora, nascida em São Francisco do Sul.

Sacramento Blake⁷ escreve um verbete com o nome Narcisa Villar e diz o seguinte: “Sinto não poder dar notícias suas porque só a conheço pelo seu trabalho, que nunca vi. *Legenda do tempo colonial pela independência do Ipiranga*, Rio de Janeiro, 1859, in 8º”, confundindo o título do livro com o pseudônimo da autora. Da mesma forma, Ignez Sabino atribui a obra a Ana Bárbara de Lossio e Seilbitz.

Na verdade, quem levanta o problema da autoria deste livro é J. Galante de Sousa em “Duas escritoras e um problema de autoria”.⁸ É com este artigo que ficamos sabendo que o romance fora publicado anteriormente em *A Marmota*, e é onde se pode obter alguns dados sobre a autora.

Ana Luísa de Azevedo e Castro faleceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1869, com cerca de 46 anos. Foi professora e diretora de um colégio no Rio de Janeiro e sócia-honorária da Sociedade Ensaio Literários. Já por essas atividades, vê-se que Ana Castro parece ter sido uma mulher independente e consciente de seu valor como pessoa humana. Pelo fato de ter sido direto-

ra de escola, mesmo brasileira, percebe-se o quanto era adiantada, pois é na segunda metade do século XIX que começam a se divulgar os estabelecimentos de ensino para meninas e quase todos, conforme Laurence Hallewell,⁹ invariavelmente dirigidos por estrangeiros.

Além do romance, Ana Castro publicou vários poemas n’*A Marmota* e compôs uma *Alegoria ao 7 de setembro*.

O romance inicia-se com uma nota intitulada “Ao público”, onde a autora critica a vaidade das escritoras que mal compõem um poema já se acham “poetisas consumadas” e pede a benevolência do público para uma obra escrita aos dezesseis anos. A autora aí ressalta o fato de ser mulher e querer competir num mundo de homens.

A “Nota” é escrita em primeira pessoa e com um tom que se quer objetivo. Valoriza muito a recepção do público, transparecendo nela a consciência de que, sem leitores, o livro não sobrevive. Ela confessa publicar esse texto depois de muitos anos. Para fazê-lo teve de vencer a sua “extrema timidez”. Realmente, nem é à extrema timidez da autora que deva ser atribuída a publicação tardia do romance, e a sua parca produção, mas às condições da mulher do século XIX. Na verdade, romances de autores homens, de menor valor, foram impressos bem antes deste.

Em seguida à nota, o romance apresenta um prólogo que, à maneira romântica, faz com que a narrativa seja feita por um narrador que, dela teve conhecimento por intermédio de outro. A história a ser narrada deverá explicar um mistério: o porquê de a Ilha do Mel, em São Francisco, ser considerada “assombrada”.

A narrativa de Ana Luísa de Azevedo Castro não se prende ao pequeno realismo do romantismo. De início, classificando-se como “legenda do tempo colonial”, vê-se logo a forte presença do mito na narrativa. E tudo corrobora para isso. Temos, no tempo presente, a narradora, índia e velha, que detém um segredo e vai, com temor, relatando a história da ilha mal assombrada. O espaço induz ao devaneio, ao mistério: inverno, noite, o fogo da lareira. Segundo Bachelard, “de todas as estações do ano, o inverno é a mais velha pon-do tempo nas lembranças”. A narrativa visa a recriar o mito da Ilha do Mel que fora, na origem, habitada por indígenas.

Em resumo, o enredo é o seguinte: D. Narcisa de Vilar, jovem portuguesa de família nobre e rica, vem ao Brasil, depois da morte dos pais, para viver com os três irmãos, que já moram aqui, sendo o mais velho governador da colônia de Ponta Grossa. Os irmãos são maus e tiranos e a jovem fica em grande solidão só mitigada pelos cuidados de uma índia e de seu filho, Leonardo. Quando D. Narcisa chega à puberdade, seus irmãos arrumam-lhe um casamento de conveniência com um rico coronel português. Nesse exato momento, o amor se revela entre a heroína e Leonardo que é, naturalmente, dotado de grandes qualidades físicas e, sobretudo, morais... Na noite do casamento, o índio rapta Narcisa, fugindo os dois em frágil canoa. Perseguidos pelo noivo e pelos irados irmãos, enfrentam, além do mais, furiosa tempestade, refugiam-do-se, por isso, na Ilha do Mel. Lá, numa gruta, são encontrados e assassinados

⁶Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. Itatiaia, 1975.

⁷DICIONARIO Bibliographico Brasileiro. v.6, p.304

⁸In: Machado de Assis e outros estudos. Cátedra/MEC, 1959.

⁹In: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. p.87

pelos perseguidores. Antes da morte, a revelação por Efigênia, a índia, de que Leonardo é filho de D. Luís, irmão de D. Narcisa.

Enredo com complicações românticas, não perde muito em fabulação, o romance de estreante catarinense, para alguns romances brasileiros da época. Pode ser classificado como romance indianista. O herói é um índio; a ilha, palco da ação final, fora terra de indígenas e é o lugar onde se unem as duas raças. Em todo o romance, nota-se a nítida preferência da narradora pelos índios — “povo infante”, “gente de coração tão sensível”. Já os conquistadores são déspotas, bárbaros, tiranos, cruéis. Ao final, os portugueses são transformados em demônios. Como é dito, no início da narrativa, é uma história de Anhangá. Só que Anhangá, ao contrário de Calibá, é o branco, e o índio, um perfeito cavalheiro.

A Ilha do Mel é o lugar do mito, é o “mundo sem mal”. Mas é também o templo, o lugar do sacrifício onde a virgem será imolada. O desfecho já é esperado desde o início devido à série de antecipações tais como, por exemplo, a comparação da personagem como a “pomba debaixo das unhas do gaivão”, ou, na primeira visita, a passeio (D. Narcisa, os irmãos e o noivo) à Ilha do Mel, a visão edênica é quebrada pelo “crocitar das negras aves” anunciando o mal. Ao final do romance, a metamorfose dos heróis, após a morte, em pombas brancas e os assassinos em corvos hediondos, como costuma acontecer nos relatos míticos, com os bons premiados e vingados e os maus castigados pela sua crueldade.

Os símiles são os mais usados no Romantismo: comparações com animais, principalmente com aves, e com flores. Na descrição física da personagem D. Narcisa, temos as seguintes comparações: “pescoço alvo e longo como o da gaivota”, cabelos pretos e lustrosos como as asas da jacutinga”, talhe fino e esbelto” como o do beija-flor”. Aves e pássaros para D. Narcisa, outros animais como o veado e a gazela para caracterizar a rapidez do indígena. A personagem principal é além disso constantemente caracterizada como deusa e rainha, comparações que lembram Alencar.

Em Narcisa, temos a heroína romântica pura, bela e virtuosa porém com consciência de seu estado de dominada. Já aparece uma crítica severa ao casamento imposto pela família, o casamento como negócio:

“Ah! exclamou a moça exaltando-se, não me consultaram, sou eu a única que tudo ignora de um fato que sabe-lo-á talvez até o mais obscuro dos criados que me servem, porque dispuseram de mim como de um fardo, que se mercadeja... Se querem agora a minha presença, é para que o comprador veja melhor a qualidade do estofado que ajustou pelo preço que se chama dote” (grifos meus). Essa crítica, muito lúcida, é anterior à dos grandes romances de Alencar como *Senhora* (1875) e *Lucíola* (1862). Até 1858 só *Cinco minutos* (56) e *O Guarani* (57) haviam sido publicados, sendo os demais posteriores.

Aparece, igualmente, uma certa consciência de ser mulher, de pertencer ao segundo sexo. A heroína diz a seu algoz: “Senhor, não trate desse modo o destino da mulher, não queira roubar o único bem que esse ente sensível pode achar no sacrifício da liberdade de sua vida inteira” (grifos meus).

Parece-me ler, nesse grito, a consciência da servitude, de pertencer ao sexo espoliado onde a única coisa que lhe restaria seria um casamento por

amor. Há, neste romance, duas figuras de mulher, Narcisa e Efigênia, que são caracterizadas com todas as qualidades de caráter, de nobreza e de firmeza de personagens das tragédias. Os homens, excetuando Leonardo, o índio, são todos crápulas e amorais. Aparece, nesta preferência por personagens femininas, uma consciência já aguçada do problema da mulher, na época, a obediência cega aos homens — ao pai, ao marido.

O vocabulário do romance pode ser caracterizado como nobre e as personagens agem um pouco como se estivessem na Europa medieval e não nos confins de uma colônia. D. Narcisa de Vilar é a perfeita castelã e Leonardo, o índio, o cavaleiro “sans peur et sans reproche”, tal como o Peri de Alencar. Afinal, *O Guarani* já havia sido publicado, em folhetins, em 1856, dois anos antes de *D. Narcisa de Vilar*.

Neste romance, a característica fundamental é a simplicidade. Há, aparentemente, ausência de tensão estilística e de pesquisa da linguagem. No entanto, a olhar mais de perto, verifica-se o trabalho da autora na utilização dos símiles, por exemplo, ou na diferenciação de níveis de linguagem na fala da narradora culta e na das índias, no diálogo do “Prólogo”. Avulta a presença do narrador, mostrando a intenção de escrever uma narrativa, originalmente, oral. Entre os temas principais, ressaltam o da crítica à falta de liberdade da mulher, a crítica ao casamento como negócio e também a crítica ao governo português na alocação de terras, no sul do Brasil, a indivíduos desclassificados. Romance sobre a opressão da mulher pela família e a sociedade e do indígena, considerado de uma raça inferior.

O romance foi, primeiramente, publicado em folhetins e essa estrutura transparece em alguns aspectos como: (1) nos cortes dos capítulos, (2) no uso do gancho para prender o leitor, (3) na recapitulação no início de alguns capítulos (ver capítulo 5), provavelmente para avivar a memória dos leitores e (4) no desfecho melodramático, com muito sangue e exclamações.

O romance de Ana Luísa de Azevedo e Castro está ligado à história do romance ocidental. Dialoga com *Atala* de Chateaubriand e, naturalmente, muito mais, com o antecessor de *Atala*, o romance *Paul et Virginie* (1788) de Bernardin de Saint-Pierre. A pintura poética da adolescência, das almas puras e da ternura entre jovens junto a uma natureza tropical está presente nos dois romances. Como Paul e Virginie, também Leonardo e Narcisa crescem juntos, unidos sempre por afeição fraternal. A voz de Rousseau fazendo-se ouvir nos dois romances.

Em *Paul et Virginie*, o motivo inicial da narrativa é a exposição das razões por que uma fonte é chamada de “o repouso de Virgínia”. Em *D. Narcisa de Vilar*, a lenda da Ilha do Mel vai desencadear a história. Nos dois romances, a narração é entremeada de observações do narrador, que julga e comenta os fatos, muitas vezes moralisticamente. Como se pode ver, há muitos pontos de contato para um estudo intertextual. Mas vale a pena ressaltar um dos aspectos por que se diferenciam. Em *D. Narcisa de Vilar*, veremos aparecer a narradora-mulher. Isso se dará na crítica à servidão da mulher, no casamento imposto pela família, na educação da mulher para uma vida apagada.

Apesar do estilo ainda um pouco inseguro, a linguagem deste romance é fluente e a leitura acaba prendendo o leitor. Nele, não encontraremos os exageros do folhetim romântico de inspiração francesa (a não ser no desfecho).

Há outros pontos que merecem ser analisados como, por exemplo, a consciência da autora das dificuldades de uma escritora mulher numa sociedade de educação patriarcal. Foi uma lástima que esse livro não tivesse melhor sorte, pois pode ser comparado perfeitamente com muitos romances menores da época.

Lástima para a literatura feminina brasileira que esqueceu, por tanto tempo, uma boa pioneira.

LITERATURA FEMININA CATARINENSE: AS ALEMÃS

O último ponto desta comunicação é o que trata da narrativa das mulheres alemãs.

A partir da segunda metade do século XIX, começou o povoamento da região do Vale do Itajaí por imigrantes alemães.

Aqui, com as dificuldades enormes de adaptação à região, ao clima, à língua, os imigrantes viveram agrupados e unidos em torno, principalmente, da religião protestante.

Os imigrantes alemães tinham um alto conceito de sua identidade étnica. Esta questão, segundo Geralda Sayferth (1981:3) “está vinculada à idéia de Germanidade ou Germanismo (Deutschtums) e se apresenta com todas as características de uma ideologia étnica”. Foi divulgada, nas colônias alemãs pela imprensa em língua alemã. Jornais, desde 1852, e almanaques (Kalender) foram importantes elos de união em torno às idéias de germanidade e “tiveram papel destacado na manutenção do Deutschtum”. Com o tempo passando, os aspectos materiais sendo sanados pouco a pouco, revela-se uma surpreendente produção literária feminina, em Santa Catarina: é a literatura das imigrantes alemãs — escrita em alemão porém já “pensada em brasileiro”, se assim posso dizer, pois o espaço é brasileiro e o tempo é outro. Longe está a pátria-mãe; é a hora de construir a nova pátria. Essas mulheres publicaram dezenas de romances, livros de contos, peças de teatro, poemas, livros didáticos e até fundaram editora (como Anni Brunner) e colaboraram, assiduamente, nos jornais de Blumenau e da Alemanha.

A temática gira em torno do imigrante: razões da imigração e problemas no novo país; nostalgia, desadaptação... A maioria dos romances e contos foi publicada, primeiramente, em folhetins, nos jornais locais (como o “Der Urwaldsbotte”) ou alemães. Daí a razão de ser uma literatura de concepção mais popular e romântica. As descrições trazem a preocupação da “cor local” e, talvez por essa preocupação com o “exótico”, alguns deles obtiveram sucesso junto ao público da Alemanha (vê-se isso pelo expressivo número de edições).

Como não domino o alemão só pude ter acesso a esta abundante produção através dos resumos na excelente dissertação da professora Valburga

Huner (UFRJ) — “Saudade x Esperança — Dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura”.

Os primeiros romances de mulheres de origem alemã — descendentes de imigrantes ou imigrantes elas mesmas — são os de Getrud Gross-Hering (*Do erro à verdade*) e de Emma Deccke (*Amor e dever*), ambos de 1922.

Em todos (ou quase) nota-se o extremo senso moral, sempre o dever acima do prazer, temas da vida dos imigrantes, as dificuldades. Temas românticos: a traição, o amor não correspondido, filhos sem pai; reencontros; casamentos contrariados. Contraste riqueza/pobreza.

Segundo a pesquisadora: “É uma literatura dualista, híbrida. Não é o fato de ser escrita em alemão que a faz alemã. Se o que a engendra é um sentimento dualista, junto de uma visão interior, é esse também seu caráter, sua essência”.

Segundo Valburga Huber essa é uma literatura menor, do ponto de vista estético porém “mais interessante que as qualidades estéticas é o conteúdo” dessa literatura que começou com o *pathos* da experiência única e insubstituível da emigração.

Essa literatura também se caracteriza por seu autodidatismo e por seu individualismo. Mostra grande apego a formas estilísticas sugeridas, herdadas do país de origem dos escritores e não revela mudanças de estilo de época. Foi sempre *romântica*, enquanto na Europa e mesmo no Brasil já dominavam outros movimentos literários.